

www.pwc.com.br

***Infraestrutura Brasil Holding
XIX S.A. (anteriormente
denominada SF 484
Participações Societárias S.A.)***
*Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2022
e relatório do auditor independente*





Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Infraestrutura Brasil Holding XIX S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Infraestrutura Brasil Holding XIX S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Infraestrutura Brasil Holding XIX S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.



Infraestrutura Brasil Holding XIX S.A.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das investidas para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras da Companhia. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria considerando essas investidas e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria da Companhia.



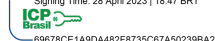
Infraestrutura Brasil Holding XIX S.A.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de abril de 2023

PricewaterhouseCoopers
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

DocuSigned by:
Lia Marcela Rusinque Fonseca
Signed By: LIA MARCELA RUSINQUE FONSECA 23243418836
CPF: 23243418836
Signing Time: 28 April 2023 | 18:47 BRT



Lia Marcela Rusinque Fonseca
Contadora CRC 1SP291166/O-4

Infraestrutura Brasil Holding XIX S.A. (anteriormente denominada SF 484 Participações Societárias S.A.)
Balço Patrimonial
 Em milhares de reais

<u>Ativo</u>			<u>Passivo</u>		
Circulante	Nota	31/12/2022	Circulante	Nota	31/12/2022
Caixa e equivalentes de caixa	6	134	Fornecedores	10	79
Tributos a recuperar	7	107	Total passivo circulante		79
Partes relacionadas	12	2.567			
Outras contas a receber	8	53			
Total do ativo circulante		2.861	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	14	
Não circulante			Capital social subscrito		220.000
Investimentos	9	153.138	Capital social a integralizar		(60.000)
			Prejuízos acumulados		(4.081)
Total do ativo não circulante		153.138	Total atribuído aos acionistas		155.920
			Total patrimônio líquido		155.920
Total do ativo		155.999	Total passivo e Patrimônio líquido		155.999

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Infraestrutura Brasil Holding XIX S.A. (anteriormente denominada SF 484 Participações Societárias S.A.)

Demonstração do resultado

Exercício findo em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

		<u>31/12/2022</u>
	Nota	
Despesas gerais e administrativas	15	(478)
Resultado com participações societárias	9	<u>4.069</u>
Lucro operacional		3.591
Receitas financeiras	16	472
Despesas financeiras	16	<u>(8.144)</u>
Resultado financeiro		(7.672)
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social		<u>(4.081)</u>
Imposto de renda e contribuição social		<u>-</u>
Prejuízo do exercício		<u>(4.081)</u>
Prejuízo básico atribuível por lote de mil ações		(0,0311)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Infraestrutura Brasil Holding XIX S.A. (anteriormente denominada SF 484 Participações Societárias S.A.)
Demonstração do resultado abrangente
Exercício findo em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	<u>31/12/2022</u>
Prejuízo do exercício	(4.081)
Outros componentes do resultado abrangente	
Total do resultado abrangente	<u>(4.081)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Infraestrutura Brasil Holding XIX S.A. (anteriormente denominada SF 484 Participações Societárias S.A.)
Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercício findo em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	<u>Capital social subscrito</u>	<u>(-) Capital social a integralizar</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total do patrimônio líquido</u>
Em 10 de fevereiro de 2022	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Prejuízo do exercício	-	-	(4.081)	(4.081)
Aumento de capital (nota 14)	220.000	(60.000)		160.000
Em 31 de dezembro de 2022	<u>220.000</u>	<u>(60.000)</u>	<u>(4.081)</u>	<u>155.920</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Infraestrutura Brasil Holding XIX S.A. (anteriormente denominada SF 484 Participações Societárias S.A.)
Demonstração dos fluxos de caixa
Exercício findo em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	<u>31/12/2022</u>
Fluxos de caixa das atividades operacionais	
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(4.081)
Ajustes de receitas e despesas	
Resultado com participações societárias	(4.069)
Juros, variações monetárias - debêntures	7.456
Variações nos ativos e passivos	
Tributos a recuperar	(107)
Partes relacionadas	(6)
Outras contas a receber	(53)
Fornecedores	79
Caixa aplicado nas operações	(780)
Juros pagos de debêntures	(4.501)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(5.281)
Fluxos de caixa das atividades de investimento	
Aquisição de participação societária	(151.630)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(151.630)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	
Captação de debêntures	160.000
Custo colocação de debêntures	(2.955)
Pagamento de debêntures	(160.000)
Aumento de capital	160.000
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	157.045
Aumento de caixa e equivalentes de caixa, líquidos	134
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	134

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Infraestrutura Brasil Holding XIX S.A. (anteriormente denominada SF 484 Participações Societárias S.A.)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Informações gerais

A Infraestrutura Brasil Holding XIX S.A. (anteriormente denominada SF 484 Participações Societárias S.A.), ("Companhia"), com sede e foro na cidade e estado de São Paulo, na Rua Campos Bicudo, n.º 98, Parte A, 4º andar, Jardim Europa, CEP 04536-010, foi constituída em 10 de fevereiro de 2022 e tem como objeto social a participação no capital de outras sociedades na qualidade de acionista ou quotista; podendo, por deliberação do Assembleia Geral, criar e extinguir filiais, sucursais, agências, depósitos e escritórios de representação em qualquer parte do território nacional ou no exterior.

A Companhia possui como controladora direta a Infraestrutura Brasil Holding XVIII S.A. e controladora final o Pátria Infraestrutura FIP IE. ("Pátria").

Em 30 de junho de 2022 a Companhia, juntamente com a investida do Pátria, Infraestrutura Brasil Holding XVII S.A. concluiu a operação de compra da totalidade das ações da companhia Essentia PCHs S.A. (anteriormente denominada como Contour Global do Brasil Participações S.A.). Os detalhes desta aquisição estão descritos na Nota 1(a), a seguir, e Nota 9.

(a) Aquisição da companhia Essentia PCHs S.A. e suas controladas

Em 30 de junho de 2022, a Companhia concluiu a operação de compra de 16% das ações da Essentia PCHs S.A. e suas controladas pelo valor total de R\$ 151.630 (nota 9). Com a aquisição de 16% a Companhia não adquiriu o controle da Essentia PCHs, mas devido ao controle comum, conforme artigo 248 da lei 6.404/76, utiliza o método de equivalência patrimonial.

A Essentia PCHs S.A. controla as seguintes empresas, que detém ativos de geração de energia hidrelétrica também autorizados pela ANEEL a atuar como Produtores Independentes de Energia – PIE, à exceção de Afluente Geração de Energia Elétrica S.A., cuja outorga foi obtida junto à Agência reguladora por meio de concessão, sendo assim uma Concessionária de Geração de Energia Elétrica, a saber:

Empresa	31/12/2022	Tipo de geração
Galheiros Geração de Energia Elétrica S.A.	100%	Hidrelétrica
Santa Cruz Power Corporation Usinas Hidroelétricas S.A.	100%	Hidrelétrica
Afluente Geração de Energia Elétrica S.A.	100%	Hidrelétrica
Goiás Sul Geração de Energia S.A.	100%	Hidrelétrica
Rio PCH I S.A.	70%	Hidrelétrica
Bahia PCH I S.A.	100%	Hidrelétrica

Mensuração preliminar de valor justo e alocação do preço de compra

O valor justo de ativos e passivos está em processo final de apuração, porém foi determinado provisoriamente. A seguir demonstramos a composição do preço de aquisição:

Infraestrutura Brasil Holding XIX S.A. (anteriormente denominada SF 484 Participações Societárias S.A.)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Preço de aquisição	Laudo de alocação do preço de compra - Total	Parcela da aquisição feita pela Companhia (16%)
Parcela liquidada à vista na data de fechamento da transação	947.686	151.630
Ajuste do preço de aquisição	<u>8.359</u>	<u>1.337</u>
	<u><u>956.045</u></u>	<u><u>152.967</u></u>

Como resultado da alocação preliminar do preço de compra foi apurada a existência de mais valia relacionada ao Intangível de contrato de autorização, conforme a seguir:

	Total
Valor justo pago pelas ações adquiridas (16%)	151.630
(-) 16% do valor do patrimônio líquido da Essentia PCHs e suas controladas	<u>(16.322)</u>
Mais valia paga por diferença de valor justo dos ativos líquidos	<u><u>135.308</u></u>

A técnica de avaliação do valor justo dos contratos de distribuição foi avaliação por abordagem da Renda utilizando o método MPEEM (*Multi Period Excess Earnings Method*), com a vida útil contratual referente à autorização de cada SPE.

A emissão das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi autorizada pela diretoria em 28 de abril de 2023.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Base de preparação

Estas demonstrações financeiras, foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e evidenciam todas as informações relevantes das demonstrações financeiras, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor, ajustado para refletir o valor justo de determinados instrumentos financeiros, quando aplicável.

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia.

Nas demonstrações financeiras, a participação em investidas que estão sob controle comum, é contabilizada pelo método de equivalência patrimonial ajustada na proporção detida nos direitos e nas obrigações contratuais da Companhia. A Companhia não consolida sua investida Essentia PCHs devido ao percentual de participação de 16% e por não ter o controle direto.

Infraestrutura Brasil Holding XIX S.A. (anteriormente denominada SF 484 Participações Societárias S.A.)
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.1.1 Mudança nas políticas contábeis

As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2022:

CPC 27 "Ativo Imobilizado": a alteração proíbe uma entidade de deduzir do custo do imobilizado os valores recebidos da venda de itens produzidos enquanto o ativo estiver sendo preparado para seu uso pretendido. Tais receitas e custos relacionados devem ser reconhecidos no resultado do exercício.

CPC25 "Provisão, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes": esclarece que, para fins de avaliar se um contrato é oneroso, o custo de cumprimento do contrato inclui os custos incrementais de cumprimento desse contrato e uma alocação de outros custos que se relacionam diretamente ao cumprimento dele.

CPC 15 "Combinação de Negócios": substitui as referências da versão antiga da estrutura conceitual pela mais recente emitida em 2018.

Aprimoramentos anuais - ciclo 2018-2020:

- (i) CPC 48 - "Instrumentos Financeiros" - esclarece quais taxas devem ser incluídas no teste de 10% para análise de baixa de passivos financeiros.
- (ii) CPC 06 - "Arrendamentos" - alteração do exemplo 13 a fim de excluir o exemplo de pagamentos do arrendador relacionados a melhorias no imóvel arrendado.
- (iii) CPC 37 "Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros" - simplifica a aplicação da referida norma por uma subsidiária que adote o IFRS pela primeira vez após a sua controladora, em relação à mensuração do montante acumulado de variações cambiais.
- (iv) CPC 29 - "Ativos Biológicos" - remoção da exigência de excluir das estimativas de fluxos de caixa os tributos (IR/CS) ao mensurar o valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas, alinhando assim as exigências de mensuração do valor justo no IAS 41 com as de outras normas IFRS.

A Companhia analisou as alterações nas normas contábeis acima e não constatou impactos em suas operações e políticas contábeis.

2.1.2 Alterações de normas novas que ainda não estão em vigor

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2022. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

. **Alteração ao IAS 1 "Apresentação das Demonstrações Contábeis"**: de acordo com o IAS 1 – "Presentation of financial statements", para uma entidade classificar passivos como não circulantes em suas demonstrações financeiras, ela deve ter o direito de evitar a liquidação dos passivos por no mínimo doze meses da data do balanço patrimonial. Em janeiro de 2020, o IASB emitiu a alteração ao IAS 1 "Classification of liabilities as current or non-current", cuja data de aplicação era para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, que determinava que a entidade não teria o direito de evitar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses, caso, na data do balanço, não tivesse cumprido com índices previstos em cláusulas restritivas (ex.: covenants), mesmo que a mensuração contratual do covenant somente fosse requerida após a data do balanço em até doze meses.

Infraestrutura Brasil Holding XIX S.A. (anteriormente denominada SF 484 Participações Societárias S.A.)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Subsequentemente, em outubro de 2022, nova alteração foi emitida para esclarecer que passivos que contêm cláusulas contratuais restritivas requerendo atingimento de índices sob covenants somente após a data do balanço, não afetam a classificação como circulante ou não circulante. Somente covenants com os quais a entidade é requerida a cumprir até a data do balanço afetam a classificação do passivo, mesmo que a mensuração somente ocorra após aquela data.

A alteração de 2022 introduz requisitos adicionais de divulgação que permitam aos usuários das demonstrações financeiras compreender o risco do passivo ser liquidado em até doze meses após a data do balanço. A alteração de 2022 mudou a data de aplicação da alteração de 2020. Desta forma, ambas as alterações se aplicam para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2024.

. **Alteração ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2 - Divulgação de políticas contábeis:** em fevereiro de 2021 o IASB emitiu nova alteração ao IAS 1 sobre divulgação de políticas contábeis "materiais" ao invés de políticas contábeis "significativas". As alterações definem o que é "informação de política contábil material" e explicam como identificá-las. Também esclarece que informações imateriais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. Para apoiar esta alteração, o IASB também alterou a "IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements" para fornecer orientação sobre como aplicar o conceito de materialidade às divulgações de política contábil. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023.

. **Alteração ao IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro:** a alteração emitida em fevereiro de 2021 esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023.

. **Alteração ao IAS 12 - Tributos sobre o Lucro:** a alteração emitida em maio de 2021 requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exigirá o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023.

Não se espera que essas alterações tenham impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

2.1.3 Investidas

Abaixo a relação das investidas diretas e indiretas no exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Investida direta

Essentia PCHs S.A.

Em 30 de junho de 2022, a Companhia concluiu a operação de compra de 16% das ações da investida. O valor da compra foi de R\$ 151.360.

Infraestrutura Brasil Holding XIX S.A. (anteriormente denominada SF 484 Participações Societárias S.A.)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Essentia PCHs S.A. (anteriormente denominada Contour Global do Brasil Participações S.A.) com sede e foro na cidade e estado de São Paulo, foi constituída em 6 de dezembro de 2005 e tem como objeto social a participação no capital de outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, ou a participação em associações, fundações ou consórcios, notadamente cujo objeto seja promover, construir, instalar e explorar projetos de geração, distribuição, transmissão, comercialização de energia e serviços correlatos; a promoção de serviços em negócios de energia, bem como serviços de apoio técnico, operacional, administrativo e financeiro, especialmente a subsidiárias e afiliadas; e a promoção de empreendimentos no setor de geração, distribuição, transmissão e comercialização de energia e atividades correlatas.

Investidas indiretas

Galheiros Geração de Energia Elétrica S.A.

Produtor independente de energia elétrica, conforme Resolução Autorizativa nº 2.489, de 27 de julho de 2010, e Resolução Autorizativa nº 3.730, de 23 de outubro de 2012, da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), autorizado a explorar a Pequena Central Hidrelétrica PCH Galheiros I, com 12,06 MW de potência instalada, localizada no rio Galheiros, na bacia hidrográfica do rio Tocantins, no Município de São Domingos, Estado de Goiás e a implantar as instalações de transmissão de interesse restrito da PCH Galheiros I, constituídas de subestação da usina com capacidade de 12,1 MVA, 6,9/69 kV, interligando-se em 138 kV ao sistema da Companhia de Energia Elétrica de Goiás (CELG), na subestação Iaciara (SE), mediante conexão à SE elevadora (69/138 kV) da PCH São Domingos II, por meio de uma LT (Linha de Transmissão) 69 kV, em circuito simples, com cerca de 3,3 km de extensão.

A Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), através do Despacho no 3.570, de 8 de novembro de 2012, autorizou o início da operação comercial da PCH Galheiros I, a partir de 9 de novembro de 2012.

Em 31 de janeiro de 2022, foi publicada a Resolução Autorizativa nº 11.023/2021, que altera o prazo da outorga de autorização da PCH Galheiros I que passa a ser até 09 de novembro de 2042. A autorização poderá ser prorrogada a pedido da Galheiros e critério da ANEEL.

Santa Cruz Power Corporation Usinas Hidroelétricas S.A.

Produtor independente de energia elétrica, conforme Resolução Autorizativa nº 510, de 26 de novembro de 2001, Despacho no 1.892, de 18 de agosto de 2006, Despacho no 1.532, de 23 de abril de 2009, Despacho nº 1.999, de 13 de julho de 2010, e Despacho nº 3.984, de 11 de outubro de 2011), autorizado a explorar a Pequena Central Hidrelétrica PCH São Domingos II, com 24,7 MW de potência instalada, localizado no Rio São Domingos, bacia hidrográfica do Rio Tocantins, Município de São Domingos, Estado de Goiás, e das instalações de interesse restrito da central geradora, constituídas de uma Subestação Elevadora interligada à Casa de Força com capacidade de 30.000 kVA, 6,9 kV/69 kV, denominada Casa de Força, de onde parte uma linha de transmissão de 1,4 km de extensão, conectando-a com a Subestação Elevadora São Domingos II, com capacidade de 41.700 kVA, 69 kV/138 kV; a partir daí, parte uma linha de transmissão em circuito simples de 90,69 km de extensão, em 138 kV, interligando-a na Subestação Iaciara.

O início da operação comercial da PCH São Domingos II foi autorizado pela ANEEL a partir de 7 de maio de 2009 (Despacho no 1.680, de 06 de maio de 2009).

Em 26 de outubro de 2021, foi publicada a Resolução Autorizativa nº 10.748/2021, retificada em 25 de novembro de 2021, que altera o prazo da outorga de autorização da PCH São Domingos II que passa a ser até 05 de maio de 2039. A autorização poderá ser prorrogada a pedido da Santa Cruz e critério da ANEEL.

Infraestrutura Brasil Holding XIX S.A. (anteriormente denominada SF 484 Participações Societárias S.A.)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Afluentes Geração de Energia Elétrica S.A.

Concessionário de energia elétrica, que opera as usinas hidrelétricas de Presidente Goulart e Alto Fêmeas I, localizada no rio Correntina e rio das Fêmeas, nas cidades de Correntina e São Desidério, respectivamente. A UHE (Usina Hidrelétrica) Alto Fêmeas possui capacidade instalada de 10,7 MW distribuída em 3 unidades geradoras de potências iguais com turbinas Francis Horizontais e a UHE Presidente Goulart possui capacidade instalada de 8,0 MW distribuída em 2 unidades geradoras de potências iguais com turbinas Francis Verticais.

A Afluente G possui Contrato de Concessão o qual estabelece o prazo de vigência até 08 de agosto de 2027 para usina Presidente Goulart, enquanto para UHE Alto Fêmeas o prazo é até 19 de outubro de 2027, tem como objeto estabelecer as condições para prestação do serviço público de geração de energia elétrica.

No caso da Afluente G, a infraestrutura recebida ou construída da atividade de geração é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (a) parte através de valores a receber pela energia gerada e entregue no sistema (emissão de faturamento mensal da medição de energia gerada/vendida) durante o prazo da concessão; e (b) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, está a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

Goiás Sul Geração de Energia Elétrica S.A.

Produtor independente de energia elétrica, constituído em 17 de janeiro de 2006, conforme Resolução nº 703, de 17 de dezembro de 2002, com o propósito de construir, operar e manter a PCH Goiandira e Resolução Autorizativa nº 59, de 17 de fevereiro de 2004, com o propósito de construir, operar e manter a PCH Nova Aurora, ambas localizadas no Rio Veríssimo, Goiás, cuja energia é gerada através de quatro unidades geradoras sendo duas para a PCH Goiandira (27 MW) e duas para a PCH Nova Aurora (21 MW), bem como as instalações de interesse restrito, constituídas de uma Subestação Elevadora da PCH Goiandira, de onde parte uma linha de transmissão em 69 kV com aproximadamente 20 km de extensão até a Subestação da PCH Nova Aurora, 24.000 kVA, 6,9 kV/69 kV, interligando de forma compartilhada as duas usinas ao sistema, por meio de um ramal de circuito simples em 69 kV, com aproximadamente 40 km de extensão até a Subestação Ipameri.

O início da operação comercial da PCH Goiandira foi autorizado pela ANEEL com a entrada em operação da primeira unidade geradora a partir de 08 de dezembro de 2010 (Despacho nº 3.766/2010) e da PCH Nova Aurora em 18 de janeiro de 2011 (Despacho nº 12/2011).

Em 31 de janeiro de 2022, foi publicada a Resolução Autorizativa nº 11.023/2021, que altera o prazo da outorga de autorização da PCH Goiandira que passa a ser até 11 de novembro de 2040 e da PCH Nova Aurora que passa a ser até 19 de janeiro de 2041. As autorizações poderão ser prorrogadas a pedido da Goiás Sul Geração de Energia Elétrica S.A. e critério da ANEEL.

Rio PCH I S.A.

Produtor independente de energia elétrica, constituída em 26 de janeiro de 2007, com o propósito de explorar as pequenas centrais hidrelétricas ("PCH") de Pirapetinga (20 MW) e Pedra do Garrafão (19 MW), no Rio Itabapoana, divisa dos estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo, que entraram em operação em 2009, a implantar e operar as instalações de interesse restrito da PCH Pedra do Garrafão, constituídas de subestação da usina interligando-se ao sistema por meio de uma linha de transmissão em circuito simples, de 69 kV, com 16 km de extensão até à subestação de Mimoso do Sul, bem como as instalações de interesse restrito da PCH Pirapetinga, constituídas de subestação da usina e uma linha de transmissão, circuito simples, em 69 kV com 23 km de extensão, conectada à subestação Itaperuna.

A energia elétrica produzida destina-se à comercialização na modalidade de produção independente de energia elétrica, sendo comercializada majoritariamente no ambiente de contratação regulada (ACR).

O início da operação comercial da PCH Pirapetinga foi autorizado pela ANEEL a partir de 13 de agosto de 2009 (Despacho nº 3.011/2009) e da PCH Pedra do Garrafão a partir de 17 de setembro de 2009 (Despacho nº 3.526/2009).

Infraestrutura Brasil Holding XIX S.A. (anteriormente denominada SF 484 Participações Societárias S.A.)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 31 de janeiro de 2022, foi publicada a Resolução Autorizativa nº 11.023/2021, que altera o prazo da outorga de autorização da PCH Pirapetinga que passa a ser até 14 de agosto de 2039 e da PCH Pedra do Garrafão que passa a ser até 19 de setembro de 2039. As autorizações poderão ser prorrogadas a pedido da Goiás Sul Geração de Energia Elétrica S.A. e critério da ANEEL.

Bahia PCH I S.A.

Produtor independente de energia elétrica, constituída em 1º de maio de 2007, com o propósito de construir, operar e manter a PCH Sítio Grande, localizada no Rio das Fêmeas, município de São Desidério, BA, cuja energia é gerada através de duas unidades geradoras que tem potência instalada de 25 MW. Sua licença de instalação foi obtida em 03 de agosto de 2007, e sua entrada em operação ocorreu em outubro de 2010. Em 26 de outubro de 2021, foi publicada a Resolução Autorizativa nº 10.748/2021, retificada em 25 de novembro de 2021, alterando o prazo da outorga de autorização da PCH Sítio Grande que passa a ser até 23 de outubro de 2040.

Possui contrato de suprimento de energia com a Vale do Rio Doce Energia, com vigência até 31 de dezembro de 2029.

2.2 Conversão de moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras do período da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua (a "moeda funcional"). As demonstrações financeiras do período estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e, também, a sua moeda de apresentação.

(b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados.

3. Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis estão sendo apresentadas com as respectivas notas explicativas.

4 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As estimativas contábeis raramente serão iguais aos respectivos resultados reais.

Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia não possuía saldos significativos de ativos e passivos impactados por estimativas ou julgamentos críticos.

Infraestrutura Brasil Holding XIX S.A. (anteriormente denominada SF 484 Participações Societárias S.A.)
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

5 Gestão de risco

5.1 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia estão expostas a fatores de risco de liquidez. A gestão de risco da Companhia concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro.

A gestão de risco é realizada pela tesouraria. A Tesouraria identifica, avalia e recomenda ações contra eventuais riscos financeiros em cooperação com a administração.

(a) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pelo departamento de tesouraria, que monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia, para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, não-descontados, excluindo impacto de acordos de compensação correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento.

Nota	Vencimentos				Total Geral
	Até um ano (i)	Acima de 1 até 3 anos (i)	Acima de 3 até 5 anos (i)	Acima de 5 anos (i)	
Em 31 de dezembro de 2022					
Fornecedores	10	79	-	-	79

(i) As faixas de vencimento apresentadas não são determinadas pela norma, e sim baseadas em uma opção da administração.

5.2 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia, a administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

5.3 Outros riscos considerados relevantes

(a) Risco regulatório

As atividades das investidas da Companhia, assim como de seus concorrentes, são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre essas atividades.

Infraestrutura Brasil Holding XIX S.A. (anteriormente denominada SF 484 Participações Societárias S.A.)
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Risco hidrológico

A energia produzida pelas usinas geradoras de energia elétrica no Brasil é destinada ao Sistema Interligado Nacional (“SIN”). As atividades de coordenação e controle da operação do sistema elétrico são executadas pelo Operador Nacional do Sistema (“ONS”), que procura gerir os recursos energéticos de forma a garantir o despacho ótimo e a segurança do abastecimento energético em todo o país. As usinas hidrelétricas representam uma parte relevante da capacidade instalada de geração de energia elétrica no Brasil.

Como forma de compartilhar os riscos financeiros associados à comercialização de energia elétrica pelas usinas hidráulicas, foi criado o Mecanismo de Realocação de Energia (“MRE”). O MRE assegura que, no processo da contabilização na CCEE, as usinas participantes do MRE recebam seus níveis de garantia física independentemente da sua produção real de energia, desde que a geração total do MRE não esteja abaixo do total da garantia física de todas as usinas participantes do MRE.

O Fator de Ajuste da Garantia Física (“GSF”) pode ser interpretado como o percentual de energia que todos os geradores participantes do MRE geraram em relação ao total da garantia física conjunta do MRE em um determinado mês. Quando o GSF for menor que 100%, os geradores participantes do MRE estão gerando menos energia do que o montante total de sua garantia física em determinado mês. Este déficit de geração, usualmente ocasionado por condições hidrológicas, mas que no passado também foi afetado por atrasos na entrada em operação de grandes usinas hidrelétricas ou operação destas usinas em condição ineficiente, dentre outros fatores, incorre em uma exposição que é rateada proporcionalmente entre todos os participantes do MRE levando-se em conta a garantia física de cada um. Desta forma, as usinas das investidas participantes do MRE têm sua Garantia Física afetada positiva ou negativamente em função do resultado da geração de energia de todas as usinas participantes no MRE e necessitam constantemente comprar ou vender energia para ajustar sua Garantia Física às suas obrigações nos contratos de compra e venda de energia com seus clientes, o que pode impactar os resultados das investidas da Companhia.

Adicionalmente, às usinas das investidas participantes do MRE foram atribuídas garantias físicas pelo Ministério de Minas e Energia (“MME”) (“Garantia Física”). A garantia física determina o montante de lastro de energia que estas usinas têm para comercializar e este montante é revisado com base na média de geração de energia de cinco anos. Especificamente em relação às usinas das investidas, nos últimos cinco anos a média de sua geração de energia ficou abaixo da sua garantia física a elas atribuídas o que pode ocasionar a redução de suas garantias físicas e, portanto, resultar numa maior necessidade de compra de energia, o que também pode impactar negativamente os resultados das investidas Companhia.

As investidas da Companhia possuem uma política de “comercialização” de energia que é implementada pela sua área comercial e pelo seu comitê de comercialização de energia que monitoram mensalmente as necessidades de compra e venda de energia no curto e longo prazo.

(c) Risco de alteração da legislação tributária no Brasil

Alterações na legislação tributária podem gerar eventuais impactos na Companhia e suas investidas. Estas alterações podem, por exemplo, incluir mudanças nas alíquotas dos tributos vigentes, instituição de novos tributos em caráter permanente ou temporário, supressão de benefícios fiscais, cuja arrecadação seja associada a determinados propósitos governamentais específicos. Uma vez que algumas dessas medidas resultem em aumento da carga tributária, poderão influenciar a lucratividade e o resultado financeiro da Companhia e das investidas. Somente a partir da divulgação do eventual ajuste fiscal é que a Companhia terá condições de avaliar eventuais impactos em seu negócio.

Infraestrutura Brasil Holding XIX S.A. (anteriormente denominada SF 484 Participações Societárias S.A.)
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Mudanças climáticas

As mudanças climáticas têm um impacto significativo na geração de energia hidrelétrica. A disponibilidade de água é fundamental para gerar eletricidade através das hidrelétricas, e as mudanças no clima podem afetar o fluxo de água nos rios e, conseqüentemente, a produção de energia elétrica.

As hidrelétricas são projetadas para lidar com variações na disponibilidade de água, mas eventos extremos de seca e cheias podem representar um desafio significativo para a geração de energia elétrica principalmente para as Pequenas Centrais Hidrelétricas. Para se prevenir desses eventos, as investidas da Companhia têm adotado as seguintes medidas:

1. Monitoramento constante dos níveis de água nos reservatórios e nos rios para antecipar possíveis eventos extremos e tomar medidas preventivas.
2. Controle da vazão da água para evitar cheias, abrindo ou fechando as comportas das barragens conforme necessário.
3. Utilização de previsões meteorológicas para se preparar para eventos extremos, como cheias ou secas prolongadas.

Essas medidas são importantes para garantir a segurança e a eficiência da geração de energia elétrica em condições extremas de clima.

5.4 Ativo mensurado ao custo amortizado

A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são reconhecidas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia não identificou evidências de perda por *impairment* para um ativo ou grupo de ativos financeiros.

Ativos Financeiros	Nota	31/12/2022
Ativos, conforme o balanço patrimonial		
Caixa e equivalentes de caixa	6	134
Partes relacionadas	12	2.567
Outras contas a receber	8	53
Ao custo amortizado		2.754

Infraestrutura Brasil Holding XIX S.A. (anteriormente denominada SF 484 Participações Societárias S.A.)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Passivos Financeiros	Nota	<u>31/12/2022</u>
Passivo, conforme o balanço patrimonial		
Fornecedores	10	<u>79</u>
Ao custo amortizado		<u>79</u>

6 Caixa e equivalentes de caixa

Política contábil

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de liquidez imediata e com risco insignificante de mudança de valor.

	<u>31/12/2022</u>
Recursos em banco e em caixa	45
Recursos em aplicações financeiras	<u>89</u>
	<u>134</u>

As aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2022 referiam-se a CDBs atrelados à taxa DI (depósito interbancário), remunerados à uma taxa média de 99% (99% em 2021) do CDI, com liquidez diária e com risco insignificante de mudança de valor.

7 Tributos a recuperar

Política contábil

Os tributos a recuperar são mantidos no ativo principalmente com a finalidade de reconhecer no balanço patrimonial da Companhia os valores contábeis que serão objeto de futura recuperação.

	<u>31/12/2022</u>
Circulante	
IRRF	<u>107</u>
	<u>107</u>

Infraestrutura Brasil Holding XIX S.A. (anteriormente denominada SF 484 Participações Societárias S.A.)
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

8 Outras contas a receber

Política contábil

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros sejam gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança e decorrem de eventos passados. Os ativos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

	<u>31/12/2022</u>
Circulante	
Adiantamento a fornecedores	53
	<u>53</u>

9 Investimento

Política contábil

Os investimentos em que a Companhia está exposta ou tem direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida, mas não tem a capacidade de interferir nesses retornos por meio do poder que exerce sobre ela, não são consolidados.

Devido ao controle comum, conforme artigo 248 da lei 6.404/76, o investimento na Essentia PCHs é avaliado pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras.

Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia detém 16% da Essentia PCHs.

(a) Movimentação do investimento

	<u>10/02/2022</u>					<u>31/12/2022</u>
	<u>Saldo inicial</u>	<u>Aquisição - Patrimônio Líquido</u>	<u>Aquisição - Mais valia</u>	<u>Equivalência</u>	<u>Dividendos</u>	<u>Saldo final</u>
Essentia PCHs S.A.	-	16.322	135.308	4.069	(2.561)	153.138
Total	<u>-</u>	<u>16.322</u>	<u>135.308</u>	<u>4.069</u>	<u>(2.561)</u>	<u>153.138</u>

O valor contábil do custo de aquisição de 16% de participação na Essentia PCHs e suas controladas foi de R\$ 16.322. A diferença entre o valor pago e o valor contábil foi de R\$ 135.308.

Infraestrutura Brasil Holding XIX S.A. (anteriormente denominada SF 484 Participações Societárias S.A.)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Resumo das informações financeiras

O quadro abaixo apresenta um resumo das informações financeiras da investida:

	<u>Participação</u>	<u>Patrimônio Líquido</u>	<u>Resultado</u>
	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2022</u>
Essentia PCHs S.A.	16%	111.432	25.426

10 Fornecedores

Política contábil

O saldo de fornecedores representa obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, são apresentadas como passivo não circulante. Estes passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, estes passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos

	<u>31/12/2022</u>
Materiais e serviços	<u>79</u>
	<u>79</u>

11 Debêntures

Política contábil

As debêntures são reconhecidas, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, as debêntures captadas são apresentadas pelo custo amortizado, isto é, acrescido de encargos e juros proporcionais ao exercício incorrido (pro rata temporis). Portanto, elas são classificadas como mensurados ao custo amortizado.

Os custos financeiros incorridos em virtude da captação de debêntures são reconhecidos em rubrica redutora da dívida no passivo e amortizados pelo prazo do contrato, de acordo com a taxa efetiva de juros. Quando não houver evidências da probabilidade de captação de parte ou da totalidade da dívida, os custos financeiros já incorridos são reconhecidos no resultado do exercício.

Infraestrutura Brasil Holding XIX S.A. (anteriormente denominada SF 484 Participações Societárias S.A.)
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Movimentação de Debêntures

	Natureza		Passivo circulante
	Debêntures	(-) Custo de Colocação Debêntures	Total
Movimentação			
Saldo em 10/02/2022	-	-	-
Ingresso	160.000	(2.955)	157.045
Provisão de juros	4.501		4.501
Amortização de custos de emissão de dívida		2.955	2.955
Liquidação do principal	(160.000)		(160.000)
Liquidação dos encargos	(4.501)		(4.501)
Saldo em 31/12/2022	-	-	-

Debêntures emitidas:

- A Companhia realizou em 28 de junho de 2022 a sua 1ª emissão de debêntures, da espécie com garantia real, em duas séries, com vencimento final em 28 de junho de 2025, montante total de R\$ 160.000. A primeira série possuía vencimento em 28 de junho de 2025, e a segunda série em 28 dezembro de 2022. A operação foi 100% resgatada antecipadamente, em 30 de agosto de 2022. As debêntures foram remuneradas pela taxa DI + juros de 3,05% a.a.

12 Partes relacionadas

Política contábil

As transações com partes relacionadas são realizadas entre as empresas coligadas e acionistas. As operações seguem condições comutativas, observando-se as práticas usuais de mercado e, portanto, não originam quaisquer benefícios ou prejuízos indevidos às partes envolvidas. No curso normal das operações, a Companhia realizou transações com partes relacionadas conforme apresentado a seguir.

		<u>31/12/2022</u>
Empresas	Natureza	Ativo circulante
Essentia PCHs S.A.	Dividendos	2.561
Infraestrutura Brasil Holding XVIII S.A.	Contas a receber	6
		<u>2.567</u>
Total		<u>2.567</u>

Infraestrutura Brasil Holding XIX S.A. (anteriormente denominada SF 484 Participações Societárias S.A.)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Dividendos

São as parcelas definidas em assembleia para destinação de lucros de exercícios da investida em conformidade com a legislação societária. O saldo em aberto em 31 de dezembro de 2022 corresponde aos dividendos mínimos obrigatórios, relativos ao exercício de 2022, conforme estatuto social de 25%.

Remuneração do pessoal-chave da administração

A administração do Grupo do qual a Companhia e suas investidas estão inseridas, é consolidada em uma única empresa, a Infraestrutura Brasil Holding I S.A. (IBH I) e ainda não foi realizado um contrato de compartilhamento relativo a remuneração do pessoal chave.

13 Contingências

A Companhia não possui ações, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como prováveis ou possíveis, com base na avaliação de seus assessores jurídicos externos.

14 Patrimônio líquido

(a) Capital social

Abaixo a composição do capital social subscrito e integralizado por ações ordinárias:

Acionista	31 de dezembro de 2022		
	Participação - %	Quantidade de ações	Total
Infraestrutura Brasil Holding XVIII S.A.	100%		
Subscritas e integralizadas		160.000.360	160.000
		160.000.360	160.000

Na constituição da Companhia, em 10 de fevereiro de 2022, os acionistas aprovaram o aumento de capital no valor de R\$ 400,00, representado por 400 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Em 21 de junho de 2022 por meio da AGE os acionistas aprovaram o aumento de capital da Companhia em R\$ 220.000, representado por 220.000.000 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, sendo que R\$ 160.000 foram integralizados durante 2022 e o restante permanece a integralizar em 31 de dezembro de 2022.

Infraestrutura Brasil Holding XIX S.A. (anteriormente denominada SF 484 Participações Societárias S.A.)
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Prejuízo básico por lote de mil ações

	<u>31/12/2022</u>
Prejuízo básico por lote de mil ações	
Prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia	(4.081)
Quantidade média ponderada de ações (milhares)	131.050
Prejuízo básico atribuível por lote de mil ações	<u>(0,0311)</u>

15 Despesa gerais e administrativas

	<u>31/12/2022</u>
Serviços de terceiros	478
	<u>478</u>

Valores relativos a serviços de auditoria, contabilidade e consultorias diversas.

16 Resultado financeiro

Política contábil

Receitas (despesas) financeiras

As receitas financeiras sobre aplicações financeiras são reconhecidas usando a taxa de juros de mercado prevista contratualmente. Os juros são incorporados às aplicações financeiras, em contrapartida de receitas financeiras. As despesas financeiras sobre debêntures são reconhecidas a taxa de juros prevista contratualmente. As demais despesas financeiras compreendem os valores de atualizações financeiras, variações cambiais taxas, tarifas e multas.

	<u>31/12/2022</u>
Despesa financeira	
Juros sobre debêntures	(4.501)
Amortização de custos de emissão de dívida	(2.955)
Outras despesas financeiras	(688)
	<u>(8.144)</u>
Total das despesas financeiras	<u>(8.144)</u>
Receitas financeiras	
Receitas de aplicações financeiras	472
	<u>472</u>
Total das receitas financeiras	<u>472</u>
Resultado financeiro	<u>(7.672)</u>

Infraestrutura Brasil Holding XIX S.A. (anteriormente denominada SF 484 Participações Societárias S.A.)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

17 Imposto de renda e contribuição social

Reconciliação da despesa do imposto de renda e contribuição social

Política contábil

Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

Os encargos de imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos são calculados com base nas leis tributárias promulgadas. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. O imposto de renda e a contribuição social são apurados com base no regime de tributação do lucro real.

O imposto de renda é calculado à alíquota de 15%, acrescido de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240 para imposto de renda e a contribuição social é calculada à alíquota de 9%.

	<u>31/12/2022</u>
Prejuízo contábil antes dos impostos	(4.081)
Alíquota vigente	34%
Imposto calculado com base na alíquota de imposto local, aplicável aos lucros	1.387
Prejuízos fiscais e ajustes temporários para os quais nenhum imposto diferido foi constituído	(2.770)
Resultado de equivalência patrimonial	1.383
Encargo fiscal	-
Corrente	-
Despesa de IRPJ e CSLL	-

Em 31 de dezembro de 2022 não foram reconhecidos os ativos de impostos diferidos relacionados a diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social sobre o prejuízo acumulado no montante de R\$ 2.770, pois a Companhia não tem expectativa de geração de resultado tributável futuro para realização do valor.

18 Eventos subsequentes

Em 06 de fevereiro de 2022, conforme Ata da Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovada a redução do capital social da Companhia no montante de R\$ 74.000, sendo R\$ 60.000 através de cancelamento de ações não integralizadas e R\$ 14.000 através de restituição ao único acionista.

* * *

Certificate Of Completion

Envelope Id: FAB91E74F3694476B2BBA0AEDA21E492

Status: Completed

Subject: Complete with DocuSign: Relatório de auditoria e demonstrações financeiras IBH XIX 2022

LoS / Área: Assurance (Audit, CMAAS)

Tipo de Documento: Relatórios ou Deliverables

Source Envelope:

Document Pages: 26

Signatures: 1

Envelope Originator:

Certificate Pages: 2

Initials: 0

Juliana Pinto

AutoNav: Enabled

Av. Francisco Matarazzo, 1400, Torre Torino, Água Branca

Envelopeld Stamping: Enabled

São Paulo, SP 05001-100

Time Zone: (UTC-03:00) Brasilia

juliana.pinto@pwc.com

IP Address: 134.238.160.130

Record Tracking

Status: Original

28 April 2023 | 17:50

Holder: Juliana Pinto

juliana.pinto@pwc.com

Location: DocuSign

Status: Original

28 April 2023 | 18:47

Holder: CEDOC Brasil

BR_Sao-Paulo-Arquivo-Atendimento-Team

Location: DocuSign

@pwc.com

Signer Events

Lia Marcela Rusingue Fonseca

lia.fonseca@pwc.com

Socia

PwC BR

Security Level: Email, Account Authentication (None), Digital Certificate

Signature Provider Details:

Signature Type: ICP Smart Card

Signature Issuer: AC SERASA RFB v5

Electronic Record and Signature Disclosure:

Not Offered via DocuSign

Signature

DocuSigned by:

 69678CE1A9DA482...

Signature Adoption: Pre-selected Style

Using IP Address: 18.231.224.80

Timestamp

Sent: 28 April 2023 | 17:56

Viewed: 28 April 2023 | 18:46

Signed: 28 April 2023 | 18:47

In Person Signer Events**Signature****Timestamp****Editor Delivery Events****Status****Timestamp****Agent Delivery Events****Status****Timestamp****Intermediary Delivery Events****Status****Timestamp****Certified Delivery Events****Status****Timestamp****Carbon Copy Events****Status****Timestamp**

Juliana Pinto

juliana.pinto@pwc.com

PwC BR

Security Level: Email, Account Authentication (None)

Electronic Record and Signature Disclosure:

Not Offered via DocuSign

COPIED

Sent: 28 April 2023 | 18:47

Viewed: 28 April 2023 | 18:47

Signed: 28 April 2023 | 18:47

Carbon Copy Events	Status	Timestamp
Danielle Higutchi danielle.higutchi@pwc.com Security Level: Email, Account Authentication (None)	COPIED	Sent: 28 April 2023 18:47
Electronic Record and Signature Disclosure: Not Offered via DocuSign		

Witness Events	Signature	Timestamp
----------------	-----------	-----------

Notary Events	Signature	Timestamp
---------------	-----------	-----------

Envelope Summary Events	Status	Timestamps
Envelope Sent	Hashed/Encrypted	28 April 2023 17:56
Certified Delivered	Security Checked	28 April 2023 18:46
Signing Complete	Security Checked	28 April 2023 18:47
Completed	Security Checked	28 April 2023 18:47

Payment Events	Status	Timestamps
----------------	--------	------------